

## O custo dos acidentes

01/06/2009

O Estado de S. Paulo

Em 2008, os acidentes de trânsito no Estado de São Paulo provocaram 8.698 mortes e custaram R\$ 35,8 milhões ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde, mais da metade das vítimas era pedestres com mais de 60 anos. Na capital, onde se concentra um terço da frota do Estado (19,2 milhões de veículos), foram registradas 1.463 mortes no trânsito. Diminuiu o número de pessoas que perderam a vida em acidentes com automóveis, mas as mortes em desastres com motos aumentaram de 345 para 478 casos - quase 2 por dia, considerando a média de 250 dias úteis no ano.

O impacto dessas ocorrências nos serviços de saúde é grande. Conforme a frota cresce e envelhece e o trânsito se torna mais perigoso, a rede pública de saúde precisa investir mais em equipamentos e profissionais para o atendimento das vítimas. Estudos demonstram que o custo médio das internações por acidentes de transporte é 52% maior que os gastos com o atendimento de vítimas de queda, por exemplo, a principal causa das internações.

Pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostra que as mortes decorrentes de colisões de veículos apresentaram redução de 55% para 46% em 178 países. No mundo, as despesas com acidentes ultrapassam R\$ 1 trilhão. Morre cerca de 1,2 milhão de pessoas por ano, sendo 400 mil jovens entre 10 e 24 anos.

No Brasil, o custo dos acidentes de trânsito é de R\$ 28 bilhões, segundo informação dada em fevereiro pelo diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alfredo Peres da Silva, durante evento sobre segurança viária realizado em Madri. No cálculo são considerados gastos com danos materiais, socorro, internações hospitalares, seguros, etc. Morrem 6,2 pessoas para cada grupo de 100 mil carros da frota nacional.

Essa estimativa de gastos é bem maior do que a divulgada pelo núcleo de Estudos Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), há um ano. Na época, o custo dos acidentes rodoviários no Brasil era calculado em R\$ 22 bilhões, somando gastos médicos e hospitalares, perda de renda, remoção, recuperação de veículos, custos administrativos, judiciais e previdenciários. Desse total, os gastos médicos atingem R\$ 9,8 bilhões.

Nos últimos dez anos, a frota de veículos em circulação no País dobrou, chegando a 54 milhões. As mortes em colisões de veículos, desde 1998, aumentaram 20% no período.

A violência nas ruas e estradas é um sério problema para as finanças públicas no País. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são os Estados que concentram os piores índices, quando se analisam os gastos resultantes das colisões entre veículos.

Conforme o estudo do Ipea, a alta taxa de ocorrência de acidentes em São Paulo pode ser atribuída à maior concentração de tráfego. Apesar disso, o índice de mortes na malha viária paulista é menor do que em outros Estados, graças às melhores condições de assistência.

Essas estatísticas macabras indicam a necessidade imperiosa da adoção de políticas públicas capazes de reduzir o número e a gravidade dos acidentes. A educação de trânsito nas escolas e uma eficiente fiscalização que assegure o respeito à legislação existente, principalmente no que se refere ao uso do cinto de segurança e ao respeito aos limites de velocidade e à Lei Seca, são medidas fundamentais para a redução do número de vítimas.

Recentemente, a revista médica The Lancet publicou artigo baseado em pesquisa mundial que revelava o perfil das vítimas do trânsito nos países menos desenvolvidos. Na maioria, são pedestres, ciclistas, motociclistas ou passageiros, e os acidentes ocorrem por falta de infraestrutura urbana e de transportes, além da imprudência. Conforme a publicação, a solução do problema "está em algo que é, talvez, uma das coisas mais difíceis de serem mudadas: o comportamento humano". Portanto, o ensino sobre segurança viária para as crianças deve ser tão prioritário quanto os investimentos em transportes públicos, segurança viária e fiscalização.